

ACTA Nº 1

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

SESSÃO ORDINÁRIA

----- Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, na sede da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pelas vinte e uma horas, e quinze minutos, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- ***Ponto Um – Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação.*** -----

----- ***Ponto Dois – Apreciação e Votação da Prestação de Contas – Exercício Económico de 2007 da Junta de Freguesia.*** -----

----- ***Ponto Três – Estabelecer a Constituição do Brasão, Selo e Bandeira da Freguesia – “Reapreciação e Votação”.*** -----

----- ***Ponto Quatro – Apreciação da Informação do Presidente da Junta de Freguesia.*** -----

----- À hora de abertura dos trabalhos estavam presentes os membros que compõem a Assembleia de Freguesia de nomes abaixo descritos, com as ausências respectivas do segundo Secretário Amândio Fernandes Pinto, o qual pediu renúncia de mandato, por motivos da sua vida profissional, a partir do dia dois de Janeiro do ano corrente e do vogal João Ricardo Fernandes Frazão Moreira de Oliveira, o qual pediu suspensão do mandato por sessenta dias, por motivos da sua vida profissional, a partir do dia vinte e quatro de Abril do corrente ano, encontrando-se ausente da área autárquica. -----

- António José Dias Canhoto – Presidente -----
- Liliana D’Assunção Gata Gaspar – 1ª Secretária -----
- Henrique da Cunha Pereira -----
- Ana Sofia Casaleiro Dias Roque -----
- Fernando de Matos Lopes -----
- Daniel Ferreira Gaspar -----
- Virgílio do Rosário Rafael -----

- Maria de Fátima Conde Búzio -----
- Carlos Jorge Raposo Costa -----
- Pedro Miguel Nunes da Silva -----
- Manuel Nazaré Luís -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu início à sessão dando a palavra à primeira Secretária, a qual começou por ler dois ofícios recepcionados nestes serviços, nos quais constava o pedido de renúncia de mandato do segundo Secretário, Amândio Fernandes Pinto e suspensão de mandato por um período de sessenta dias, de João Ricardo Fernandes Frazão Moreira de Oliveira, respectivamente, os quais eram representantes do Partido Social Democrata. -----

----- Em seguida, a Secretária leu também as actas de instalação dos novos elementos que iriam substituir os membros em falta de nomes: Maria José Margarido Vaqueiro Lemos e José de Sousa Pereira, respectivamente, os quais faziam parte da lista do Partido Social Democrata, sendo os membros imediatamente a seguir na lista do referido partido. -----

----- Lidas as actas de instalação e feitos os respectivos juramentos, por parte dos novos elementos, o Presidente da Assembleia de Freguesia considerou-os investidos nas suas funções, passando de seguida à votação para a eleição do segundo Secretário. -----

----- Procedeu-se à votação por escrutínio secreto da eleição do segundo Secretário, do qual se apuraram os seguintes resultados: ***Maria José Margarido Vaqueiro Lemos, seis votos, Maria de Fátima Conde Búzio, cinco votos e Ana Sofia Casaleiro Dias Roque, dois votos.*** -----

Em face dos resultados obtidos foi eleita para segundo secretário, Maria José Margarido Vaqueiro Lemos. -----

----- Tendo sido enviadas para esta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, convocatórias individuais aos membros que a compõem, foram também afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, com o anúncio do dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos. -----

----- Em representação do órgão executivo da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, estiveram presentes: o Presidente Manuel Pereira Bilreiro, o Secretário José David da Silva Ribeiro, o Tesoureiro Rui Jorge Antunes Sacadura e os Vogais João Lopes da Rosa e Carlos Alberto Silva Machado. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia considerou o novo membro investido nas funções de ***segundo secretário***, passando de seguida à apreciação, discussão e posterior votação da acta ***número quatro***. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia começou por dar a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luís. -----

- **Coligação Democrática Unitária** – Manuel Nazaré Luís disse nada ter a acrescentar. -----
- **Partido Social Democrata** – Carlos Costa disse que sobre a acta nada tinha a acrescentar. -----
- **Partido Socialista** – Henrique da Cunha Pereira disse que por parte da sua bancada nada tinham a acrescentar. -----
- **Bloco de Esquerda** – Maria de Fátima Búzio nada tinha a dizer. -----

----- **Votação da Acta número quatro:** -----

----- A acta número quatro foi *aprovada por maioria* com *duas abstenções* da Bancada do Partido Social Democrata, (**membros empossados**), *quatro votos a favor* do Partido Socialista, *quatro votos a favor* do Partido Social Democrata, e *um voto a favor* da Coligação Democrática Unitária e *dois votos a favor* do Bloco de Esquerda. -----

----- **Período antes da ordem do dia** -----

----- Foi presente à mesa uma **MOCÃO**, do Bloco de Esquerda, entregue pelo membro Vergílio Rafael, a qual depois de lida, discutida e votada respectivamente, se transcreveu: -----

MOCÃO: *Na sua última reunião, a maioria PSD que governa a Câmara Municipal do Entroncamento decidiu aumentar em 11,5% o preço das tarifas de fornecimento público de água.* -----

O pretexto para o aumento foi a recente imposição legal de não cobrança de qualquer taxa pelo aluguer dos contadores, determinação que vigorará já a partir de 26 de Maio. -----

Como consequência da deliberação camarária, os consumidores acabarão por continuar a pagar o aluguer do contador, passando, no entanto, o pagamento a ser “diluído” no pagamento global do fornecimento de água. -----

Esta opção contraria o disposto na própria Lei que acaba com o pagamento do aluguer dos contadores, diploma que inibe os prestadores do serviço de prosseguir essa cobrança, seja a que título for. -----

Depois de recentes e gravosos aumentos de preços da água, a maioria PSD na Câmara do Entroncamento continua a fazer dos consumidores sobretudo dos mais pequenos, os financiadores de todo o sistema, sem qualquer sensibilidade social. -----

Além disso, ao integrar no preço dos consumos a cobrança dos contadores, a Câmara não incorpora os resultados do necessário aumento de rentabilidade da rede em baixa, reduzindo as suas enormes perdas percentuais. -----

Com a privatização à vista da rede de distribuição “em alta” o PSD apenas parece interessado em garantir a rentabilidade dos futuros “negociantes” privados de água, que a distribuirão largamente e a venderão a preços elevados. -----

Por tudo isto, a Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, reunida em 28 de Abril de 2008, pronuncia-se contra mais estes elevados aumentos do preço do fornecimento de água da rede pública. -----

----- ***Os proponentes: Maria de Fátima Conde Búzio*** -----

----- ***Vergílio Rosário Rafael*** -----

----- ***Nota: Se aprovada, esta Moção deverá ser enviada à Câmara e à Assembleia Municipal do Entroncamento, bem como à comunicação social e regional.*** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia tomou a palavra colocando à discussão a referida Moção, dando de imediato a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária. -----

- **Coligação Democrática Unitária** – Manuel Nazaré Luís concordou plenamente com a referida Moção, uma vez que ao deixarem de cobrar a taxa do contador, passariam a pagar mais pelo consumo da água. -----
- **Partido Socialista** – Henrique da Cunha Pereira disse concordarem inteiramente com a Moção e iriam vota-la favoravelmente. -----
- **Partido Social Democrata** – Carlos Costa declarou que, mesmo com o aumento verificado, o Entroncamento ainda conseguia ter preços abaixo de outros concelhos limítrofes citou: ***“O PSD sente que os aumentos nunca são benéficos mas tais têm de ser incrementados, além do mais, sendo que a água é um bem essencial à vida, pode ser que com esta medida se registre uma poupança significativa neste bem, cada vez mais precioso, pagar hoje para poder usufruir amanhã”***. -----

----- O Presidente deu novamente a palavra ao porta voz do Partido Socialista, Henrique da Cunha Pereira, o qual começou por dizer que não poderia deixar passar em claro o que o elemento do Partido Social Democrata tinha acabado de citar, através do seu porta voz Carlos Costa, dizendo que de facto a água era um bem precioso, mas não seria por aumentar as tarifas da água que deixaria de o ser, alvitando que esta questão talvez tivesse de passar por uma campanha de sensibilização a nível da

população e junto das escolas, de modo a que de facto a água seja poupada como um bem essencial que é, e não pelo facto de ser mais cara. -----

----- Depois da discussão da referida Moção o Presidente colocou a mesma a votação.

----- **VOTAÇÃO DA MOÇÃO:** -----

----- A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi ***aprovada por maioria***, com ***sete votos a favor***, sendo ***quatro*** do Partido Socialista, ***dois*** do Bloco de Esquerda e ***um*** da Coligação Democrática Unitária, ***três abstenções e três votos contra***, respectivamente do Partido Social Democrata. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária, em virtude do mesmo ter feito chegar à mesa uma Proposta de Resolução, a qual depois de lida e discutida se transcreveu: -----

----- **PROPOSTA DE RESOLUÇÃO:** -----

A Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima reunida a 28 de Abril de 2008, aprovou um voto de repúdio pela forma como foi conduzido parte do processo relativo à aprovação dos símbolos heráldicos da Freguesia, configurando chantagens, pressões e outros atropelos, em nada consentâneos com uma livre e verdadeiramente democrática posição desta Assembleia e solicita aos Órgãos de Soberania, Presidência da República, Assembleia da República e Governo o respectivo contributo para uma análise e possível alteração da Lei 53/91 que, no entender desta Assembleia, dá ilimitados e inapelativos poderes à Comissão de Heráldica que, como no presente caso, a única alternativa que deixou a esta Assembleia foi a de aprovar os símbolos por si decididos, ou não aprovar e manter assim a autarquia privada de brasão, selo e bandeira. -----

Entroncamento, 28 de Abril de 2008 -----

O Proponente -----

Manuel Nazaré Luís -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia colocou à discussão a referida Proposta, dando de imediato a palavra ao membro do Bloco de Esquerda. -----

- **Bloco de Esquerda** – Vergílio Rafael começou por dizer que o Bloco de Esquerda concordava com a referida Proposta uma vez que, a quando da primeira vez que foi discutido o assunto do Brasão, os mesmos tinham dito que alguma coisa que não estaria bem em relação à Lei. Disse ainda que ao tomarem conhecimento sobre o contacto efectuado pela Junta de Freguesia através de ofícios enviados aos partidos com assento parlamentar na Assembleia da

República, e após a resposta dos mesmos, foi com tristeza que verificaram que afinal não se referiam à Lei 53/91. Assim iria votar favoravelmente. -----

- **Partido Social Democrata** – Carlos Costa disse que a sua bancada concordava também com a referida Proposta. -----
- **Partido Socialista** – Henrique da Cunha Pereira acrescentou que não valeria a pena adiantar mais nada sobre o assunto, uma vez que iria ser discutido no ponto número três da Ordem de Trabalhos, mas de qualquer forma estão de acordo com a Proposta e iriam votar favoravelmente. -----

----- O Presidente da Assembleia deu novamente a palavra ao membro do Bloco de Esquerda, Vergílio Rafael, o qual começou por dizer que, no que dizia respeito à ordem de trabalhos iriam propor a retirada do ponto número três da mesma, uma vez que não existia rigorosamente nada de novo. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luís, o qual começou por dizer que se congratulava com a resolução de um problema apresentado diversas vezes nesta Assembleia, relacionado com o estado das portas e janelas na E.D.P., o qual foi solucionado, embora parcialmente. No que dizia respeito à repetição dos números de polícia na Rua Padre Martinho Mourão e outras, bem como aos sinais verticais, lamentou a falta de resolução dos mesmos. No que se relacionava com a falta de sinais verticais, possivelmente, estariam à espera que acontecesse algum acidente, para tomarem medidas. -----

----- Deu ainda a conhecer a existência de vários cães vadios os quais vagueavam principalmente pela Rua Coronel Joaquim Estrela Teriaga, tornando impossível a passagem de qualquer peão pela referida rua. Em seguida denunciou a falta de civismo de alguns detentores de canídeos, pois ao passearem com os seus animais de estimação, permitem que os mesmos dejectem em cima dos passeios e nos jardins adjacentes. Apresentou ainda a falta de limpeza na passagem de acesso (*túnel*) do Largo 1º de Dezembro à Rua 1º de Maio, onde se encontra o “*Supermercado – Ponto Fresco*”, local esse, onde os funcionários do referido, depositam papeis, cartões etc., e, sempre que chove provocam inundações em virtude das sarjetas se encontrarem entupidas. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu em seguida a palavra ao membro do Bloco de Esquerda Virgílio Rafael, o qual começou por dizer que os vários assuntos apresentados pelas bancadas existentes nesta Assembleia, nenhum tinha tido solução, a não ser a iluminação da antena alta no *Depósito da Água*, a

qual foi solucionada com a intervenção da “*Associação de Moradores do Casal Sentista, Fontainhas e Covões*” e não pela Junta de Freguesia, nem pela Câmara Municipal. Disse ainda que, contrariamente ao que o Senhor Presidente tinha dito, “*que se encontrava tudo legal*” afinal havia muita coisa ilegal, nomeadamente a estrutura da própria antena a qual apresentava algum perigo, pois tinha várias expias partidas e os seus fixadores encontravam-se deteriorados, tendo sido todos substituídos. Apresentou mais uma vez a falta de segurança do *Depósito da Água*, acusando a Junta de Freguesia de primar por não olhar pela segurança dos seus fregueses. Referindo-se aos *Parques Infantis*, salientou que, nos quatro pequenos existentes, só há dois baloiços e, no parque que se situa no topo Norte da Urbanização do Bonito, o mesmo se encontrava sem qualquer protecção. Existiam ainda dois ringues os quais se encontravam abandonados; várias zonas bonitas que só serviram na altura apenas para a inauguração e, com o tempo se foram degradando, bem como os espaços envolventes. Apelou ao Presidente da Junta de Freguesia, que os fosse informando sobre as questões apresentadas, pois o mesmo sabia que não era da competência da Junta de Freguesia, mas sim da Câmara Municipal. Terminou dizendo que a Junta de Freguesia tinha a responsabilidade moral de os informar sobre todos os problemas apresentados nesta Assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia informou os membros das bancadas existentes, que tudo o que tinha sido exposto pelos mesmos, ser-lhes-ia respondido a quando do ponto número quatro da respectiva Ordem de Trabalhos, “*Informação do Presidente*”. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia *colocou à votação a retirada do ponto número três da ordem de Trabalhos “Heráldica – Brasão, Selo e Bandeira – Reapreciação e Votação”*, proposta pelo Bloco de Esquerda, da qual se obteve o seguinte resultado: -----

VOTAÇÃO: -----

----- Com *seis votos a favor* sendo *quatro votos* do Partido Socialista e *dois do* Bloco de Esquerda; *contra a retirada do referido ponto, sete votos* sendo *seis votos* do Partido Social Democrata e *um voto* da Coligação Democrática Unitária. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia passou de imediato à “*Ordem de Trabalhos*”. -----

----- *Ponto Um – Apreciação do Inventário de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação.* -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra aos elementos dos partidos presentes. -----

- **Partido Socialista** – Henrique da Cunha Pereira iniciou a sua intervenção, dizendo que sobre o Inventário nada tinham a acrescentar. -----
- **Bloco de Esquerda** – Vergilio Rafael informou que nada tinham a dizer. -----
- **Coligação Democrática Unitária** – Manuel Nazaré Luís declarou que sobre o assunto em causa nada tinha a opor. -----
- **Partido Social Democrata** – Carlos Costa tomou a palavra dizendo que, como o próprio documento diz, é um *“Inventário do levantamento dos bens que a Freguesia possui”* e sobre o mesmo nada tinha a acrescentar, em virtude de ser apenas uma mera informação. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao **ponto número dois da ordem de trabalhos – Apreciação e Votação da Prestação de Contas – Exercício Económico de 2007 da Junta de Freguesia.** -----

- **Partido Social Democrata** – Carlos Costa disse nada ter a acrescentar. -----
- **Partido Socialista** – Henrique da Cunha Pereira começou por dizer que sobre o relatório em causa nada tinha a acrescentar, pois o mesmo no fundo acabava por espelhar o que tinha sido os objectivos deste executivo ao longo destes dois anos. Disse ainda que, no que dizia respeito à parte social: educação, recreativa e lúdica, não se fez nem se fazia em termos de projectos rigorosamente nada, retratando no fundo aquilo que efectivamente a Junta, não tinha sido capaz de fazer. De facto, ao longo destes dois anos, já seria tempo da Junta de Freguesia ter objectivos claros acerca dos assuntos atrás mencionados. Continuou, dizendo que, a Junta tem sido apenas um mero executante administrativo e além disso, tem apenas como objectivo a construção da Sede, não sendo efectivamente o mais importante, pois as obras ficam e as pessoas são esquecidas. No ponto de vista social, e, retratando bem, o que a Junta tinha sido capaz de fazer, afinal a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima não via rigorosamente nada feito. Disse também que muito haveria a fazer nas zonas do Casal Saldanha, Casal da Galharda e Alto da Sobreira, onde deveriam ser implementadas Comissões de Moradores, mas de facto isso dá trabalho, não sendo visível de um dia para o outro, ao passo que a Sede de um ano para o outro se constrói. Quanto à parte social e educativa é uma coisa que leva o seu tempo e não se colhem louros, inclusivamente nas Escolas existe uma verba de dez mil euros, tendo sido gasto apenas quatro mil, mostrando bem aquilo que a Junta não tinha feito. Disse

ainda que o Senhor Presidente da Junta tinha informado que se encontrava a cumprir o acordo estabelecido com o Agrupamento ALPHA, mas não tinha havido qualquer imaginação respeitante à educação, pois muito podia ser feito em prol das crianças. Efectivamente podia concluir-se, que o único objectivo tinha sido concentrado na construção do Edifício Sede. Disse ainda que efectivamente era importante, mas haveria outras prioridades e este projecto deveria ser para daqui a dez anos. Terminou dizendo que dever-se-ia consolidar a Junta no ponto de vista social o que não estaria a ser feito, nem lhe parecendo que venha a ser. -----

----- Em seguida, o Presidente deu a palavra a Ana Sofia Roque, do Partido Socialista, a qual disse que o Presidente da Junta de Freguesia costuma dizer que as Escolas nada solicitam, mas não terá de ser assim, não devemos esperar que seja solicitado, mas sim tomar iniciativas sobre o que efectivamente se poderá fazer nas Escolas, desde o Jardim de Infância, para que no futuro possamos ter um aspecto social um pouco melhor. -----

- **Bloco de Esquerda** – Fátima Búzio iniciou a sua intervenção dizendo que ficaram tão baralhados com o Orçamento como com a Prestação de Contas, acrescentando que *“das duas uma e por isso é que muitas vezes não concordam com o que lhes era apresentado”*, pois em face de um Orçamento que tinha sido aprovado pela Assembleia, foi com algum espanto que verificou que, algumas verbas dotadas nas respectivas rubricas, não tinham sido utilizadas. Continuou a sua intervenção, dizendo que, *“ou não se sabia fazer Orçamentos e isso terá de ser assumido ou faziam-se Orçamentos com rubricas que à partida se sabia que não iriam ser gastas, afim de fazerem uma poupança obrigatória”*. Disse também que *“o Orçamento que é aprovado pela Assembleia, não é feito para estragar ou deitar fora mas também não seria para fazerem uma poupança à vossa maneira, não utilizando rubricas que foram aprovadas”*. Disse ainda e, em relação ao que tinha sido dito por parte da bancada do Partido Socialista, referindo-se nomeadamente à criação de programas de incentivo junto das crianças, mais concretamente à preservação do ambiente e principalmente à poupança da água, que a Junta e a Assembleia não deveriam esperar que sejam as escolas a apresentarem programas ou projectos, mas deveriam ser as mesmas a tomarem essas iniciativas. Terminou apelando ao Presidente da Junta de Freguesia, para que o mesmo passasse a ter mais imaginação e contactasse mais

com os jovens e que o objectivo não fosse apenas a construção da nova Sede de Freguesia. -----

- **Coligação Democrática Unitária** – Manuel Nazaré Luís começou por se referir às despesas de secretaria, considerando que se tinha pecado por excesso, numa percentagem 21,55%, achando que nesta rubrica dever-se-ia ter aproximado o que estava orçado com o gasto real. Quanto às escolas foi orçado 10.000,00€ (dez mil euros) tendo sido gasto apenas 4.264,92€ (quatro mil duzentos e sessenta e quatro euros e noventa e dois cêntimos) o que em seu entender, achava que nesta rubrica, ou foi orçado por um valor muito elevado ou então teria sido muito bem gerido. Terminou a sua intervenção, dizendo que no seu entender achava que os orçamentos ao serem elaborados deveriam conter sempre verbas um pouco acima daquelas que eventualmente viriam a ser gastas. -----

----- O Presidente da Assembleia tomou a palavra informando os membros dos partidos com assento nesta Assembleia, que teriam resposta aos seus pedidos de esclarecimentos a quando da discussão do quarto ponto da ordem de trabalhos **“Informação do Presidente”**. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS: Foi **aprovado por maioria**, com **seis votos a favor** do Partido Social Democrata, um **voto a favor** da Coligação Democrática Unitária e **seis abstenções**, sendo que **quatro votos** do Partido Socialista e **dois votos** do Bloco de Esquerda. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia passou de imediato ao terceiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- **Ponto Três – Estabelecer a Constituição do Brasão, Selo e Bandeira da Freguesia – “Reapreciação e Votação”**. -----

PARECER DA HERÁLDICA – **Associação dos Arqueólogos Portugueses:** -----

Brasão: escudo de azul, dois ramos de azinheira de ouro, com casculhos do mesmo e glandes de prata e secção de carril ferroviário de prata, sustida por parafusos de ouro, tudo bem ordenado e circundado por rosário de prata, posto em orla. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: **“NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ENTRONCAMENTO”**. -----

Bandeira: amarela. Cordão e borlas de ouro e azul. Haste e lança de ouro. -----

Selo: nos termos da Lei, com a legenda: **“Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima – Entroncamento”**. -----

Parecer emitido nos termos da Lei nº 53/91, de 7 de Agosto. -----

Lisboa, 9 de Janeiro de 2007. -----

O Secretário da Comissão de Heráldica – José Bènard Guedes. -----

----- Em seguida o Presidente deu a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária. -----

- **Coligação Democrática Unitária** – Manuel Nazaré Luís disse que sobre este ponto e, em virtude de ter uma declaração de voto a apresentar, nada mais tinha a dizer. -----
- **Partido Social Democrata** – Carlos Costa tomou a palavra dizendo que sobre o assunto em causa tinha apenas uma pequena coisa a acrescentar, apesar de nem todos concordarem com os símbolos religiosos que faziam parte do “**Brasão**”, não iria afastar ninguém da Freguesia, pois o problema consistia única e simplesmente na necessidade premente da Junta de Freguesia ser detentora de um símbolo que identificasse a mesma. Terminou dizendo que ele próprio também não concordava com a identificação religiosa, mas, efectivamente, seria a única hipótese e, infelizmente, não nos tinham dado outra possibilidade, assim teria de concordar com o parecer emitido pela “**Heráldica**”. -----

- **Partido Socialista** – Henrique da Cunha Pereira começou por dizer que o Presidente da Assembleia de Freguesia tinha perdido a grande oportunidade de fazer um grande favor à Junta de Freguesia e aos fregueses da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pois este assunto já tinha sido tão discutido que o melhor teria sido ter-se partido para um outro processo, mais fresco e sem obstáculos pelo meio. Em seu entender um símbolo não podia ser um factor de segregação, mas sim um símbolo com que as pessoas se identificassem. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia tomou a palavra a fim de informar mais uma vez os elementos dos partidos presentes, de que o parecer da “**Heráldica**”, depois da alteração imposta pelos mesmos, era vinculativo e assim, nada mais haveria a fazer. -----

----- O Presidente deu novamente a palavra ao elemento do Partido Socialista Henrique da Cunha Pereira, o qual citou o parecer emitido pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português “ *Assim existem três condições que a Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, impõe: alínea a) A Proposta da Junta de Freguesia apresentada à Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses e à Assembleia de Freguesia da constituição do Brasão, do selo e da Bandeira; alínea b) O Parecer favorável da Comissão Heráldica da Associação do Arqueólogos Portugueses, sobre a proposta apresentada; alínea c) A aprovação* -----

por parte da Assembleia de Freguesia respectiva (pelo menos maioritariamente, uma vez que a Lei em nada se refere quanto a maiorias qualificadas ou necessidade de unanimidade dos eleitos” – Continuou a citar “Estas condições são, por imposição legal, cumulativas e indispensáveis para a utilização de qualquer um dos símbolos em causa. Acresce, que a Lei é clara quanto ao carácter prévio do parecer da Comissão da Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o que significa que a proposta que a Assembleia aprova no final é a que corresponde não só à proposta pela Junta mas, igualmente, a que tem parecer (prévio e favorável) da Comissão de Heráldica, não podendo esta ser alterada por nenhum dos órgãos autárquicos”. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária. -----

- **Coligação Democrática Unitária** – Manuel Nazaré Luís começou por dizer que algumas irregularidades poderiam ter sido cometidas, mas não da parte da Junta de Freguesia, nem da Assembleia de Freguesia, mas sim, de quem se propôs criar esta freguesia na Assembleia Municipal, pois não seria necessária outra freguesia nesta cidade. Questionou também sobre quem é que tinha tido a ideia do nome de Nossa Senhora de Fátima para a freguesia e, em seguida o porquê do rosário no Brasão, pois relacionando o nome de Nossa Senhora de Fátima implicava obviamente que a “*Heráldica*” tivesse acrescentado o respectivo rosário, o qual não constava no Brasão inicial. -----
- **Bloco de Esquerda** – Fátima Búzio tomou a palavra começando por se referir à resenha histórica que tinha acompanhado o processo do respectivo Brasão, o qual nada tinha a ver com a história do Entroncamento. Por conhecimento próprio, esta terra nada tinha a ver com grandes devoções. Disse ainda que esta terra apareceu com a criação dos comboios por isso mesmo é que ela é tão jovem e está ligada a isso. -----
- **Bloco de Esquerda** – Vergílio Rafael começou por dizer que queria apenas lembrar que este órgão era um órgão político, referindo-se à Proposta de Resolução apresentada pela Bancada da Coligação Democrática Unitária, a qual denunciava algumas questões e as quais também já tinham sido alertadas pela bancada do Partido Socialista, sobre a falta de democracia que este acto estaria a representar, o qual teria de ser aprovado pelo cansaço. Continuou no uso da palavra dizendo que se primava pela intolerância e que tudo isto seria um erro político, num amanhã os filhos e os netos das pessoas não se iriam rever na

posição que esta Assembleia estava a aprovar, sendo um problema com origens para um futuro. -----

VOTACÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS: *Estabelecer a Constituição do Brasão, Selo e Bandeira da Freguesia – “Reapreciação e Votação”:* **Foi aprovado com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia de Freguesia** – com **seis votos a favor** do Partido Social Democrata, **uma abstenção** da Coligação Democrática Unitária, **seis votos contra**, sendo que **quatro votos** do Partido Socialista e **dois votos** do Bloco de Esquerda. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária o qual disse ter eu seu poder uma Declaração de Voto, que depois de lida pelo mesmo se transcreveu: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO. -----

A CDU sempre exigiu dos órgãos autárquicos uma discussão séria, com debate público, que pesasse os prós e contras de uma nova freguesia a criar a norte do Concelho. Lamentavelmente tal não aconteceu. Os culpados têm nomes: PSD e BE. --- Por proposta do BE, na pessoa do seu vereador, foi realizada uma “consulta popular” para escolher os nomes das freguesias. Tal consulta não teve em conta nem a Lei que regula esses actos consultivos, nem os mais elementares direitos de publicação, divulgação e formalização. -----

Em vez de um debate público sério e honesto, PSD e BE da câmara de então, com bom entendimento, idealizaram e realizaram um «debate» controlado e orientado, na cave de um lugar de culto, a Igreja de N.ª. Sr.ª. de Fátima, que só teve de esperar pelo fim do acto litúrgico. O «debate» não teve a discussão que seria desejável. -----

Aquilo que poderia ter sido um acto soberano e mobilizador da população tornou-se numa vaidade sectária cujas sequelas nem os seus mandantes hoje aceitam. -----

Queremos reafirmar tudo o que dissemos nas assembleias anteriores sobre o assunto, nomeadamente o que ficou escrito na acta de 12 de Dezembro de 2007. -----

Contrariamente ao que fomos acusados sempre tivemos uma postura construtiva no sentido de ultrapassar o impasse criado para a aprovação do Brasão e dos símbolos da freguesia. As propostas que fizemos são bem elucidativas disso. -----

Assim, mantendo todas as posições anteriormente assumidas sobre o assunto e deplorando os atropelos à lei das consultas populares, a forma autoritária de imposição do pensamento religioso a todos os munícipes e o que consideramos excessivos poderes da Comissão de Heráldica, a CDU, na assunção das suas

responsabilidades, não contribuirá para criar mais um impasse ao normal funcionamento desta autarquia e por isso se abstém nesta votação. -----

Entroncamento, 28 de Setembro de 2008 -----

Pela CDU, – Manuel Nazaré Luís -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia passou ao quarto e último ponto da ordem de trabalhos – ***Apreciação da informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia.*** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a um elemento do Bloco de Esquerda, Fátima Búzio. -----

- **Bloco de Esquerda** – Fátima Búzio começou por se referir às futuras instalações na sua 1ª Fase, questionando “*o que seria a 1ª Fase e se a importância adjudicada à Firma JCE, Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, no valor de “159.440,50€ (cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e quarenta euros e cinquenta cêntimos) daria para fazer o quê”*”. Em seguida disse também que o total da receita dos atestados deveria de ter subido, motivado pelo aumento das taxas sobre os mesmos. -----
- **Coligação Democrática Unitária** – Manuel Nazaré Luís disse, que sobre este ponto nada tinha a acrescentar. -----
- **Partido Social Democrata** – Carlos Costa disse nada ter a acrescentar. -----
- **Partido Socialista** – Henrique da Cunha Pereira iniciou a sua intervenção dizendo que sentia que era com alguma ironia, referindo-se à informação do Presidente, que tinha concluído o seguinte: o primeiro e grande objectivo teria a ver com o Brasão e já o tinha conseguido; o segundo grande objectivo, as futuras instalações, as quais já iam a caminho. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra a Fernando de Matos Lopes, o qual se referiu ao recenseamento eleitoral, questionando qual o número actual de recenseados, “*o qual foi esclarecido de imediato, sendo o total de recenseados à presente data de 9.065 eleitores*”. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, o qual deu início à sua intervenção começando por dizer que já por várias vezes tinha sido abordado nesta assembleia o problema relacionado com os números de polícia em duplicado, tendo o mesmo esclarecido os presentes sobre este assunto na última assembleia, constando na acta anterior o que acabara de afirmar. Mais uma vez informou que caberia aos moradores tratarem junto das respectivas Repartição de Finanças e Conservatória da alteração dos referidos

números. Concluindo que os referidos moradores a quando da elaboração da escritura, lhes tinha sido atribuído um número de lote, os quais teriam concordado e se, posteriormente, lhes tinha sido dado número de polícia, caberia aos mesmos a devida legalização. Em seguida, referiu-se ao canídeos que vagueavam pelas ruas da nossa freguesia, esclarecendo os presentes, que já tinha tomado as devidas providências alertando o Veterinário Municipal e respectiva Câmara Municipal, afim de os mesmos agirem em conformidade, visto ver ser um assunto da competência dos mesmos, disse ainda ter esperança que a curto prazo a lei venha a ser aplicada e sobre este assunto o próprio disse nada mais poder fazer. Quanto ao assunto relacionado com a antena no “Depósito da Água”, foi dito que o mesmo nada tinha feito, ao que esclareceu que, efectivamente não tinha sido ele a colocar a lâmpada na referida antena, mas tinha alertado quem de direito. Concluiu dizendo que seria da responsabilidade dos seus proprietários a manutenção da mesma. No que dizia respeito aos espaços verdes, buracos nas estradas etc. o próprio tinha conhecimento de tudo o que tinha sido enumerado, apelando aos presentes para que os mesmos consultasse a Lei 169/99 e respectivo Regimento, afim de se inteirarem sobre quais seriam as competências da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia. Disse ainda e, respondendo à bancada do Partido Socialista, quanto às competência da Junta de Freguesia junto das escolas que tudo estaria a ser cumprido no fornecimento de produtos de higiene, limpeza e expediente, convidando mais uma vez os mesmos a consultarem a respectiva Lei. Acrescentou ainda que, a quando de outras solicitações efectuadas pelas escolas e as mesmas estivessem ao alcance desta Junta de Freguesia a receptividade era sempre correspondida. Terminou dizendo que lamentava que alguns membros da Assembleia desconhecem a existência do Projecto da Futura Sede de Freguesia, pois se o desconhecem é porque querem. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu novamente a palavra ao membro do Bloco de Esquerda Vergilio Rafael, o qual começou por dizer que tinha consciência de que alguns assuntos aventados nesta Assembleia não seriam da competência do Presidente da Junta de Freguesia, parecendo-lhe no entanto que seria da competência do Presidente mantê-los informados acerca da resolução ou não dos mesmos. Questionou ainda o que levaria a Câmara a descorar a segurança do “*Depósito da Água*”, pois em seu entender seria o problema mais grave que existia neste concelho. -----

----- Em seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao

Presidente da Junta, o qual começou por lembrar os presentes que, no passado, junto ao Depósito da Água existia o Canil Municipal, onde havia cães em situação de decadência a morrerem diariamente, metendo horror e nunca ninguém se incomodou. Presentemente o referido Depósito da Água encontra-se vedado, tem iluminação e a curto prazo irá passar para a jurisdição das Águas do Centro, sendo do conhecimentos de todos. Terminou convidando os presentes para que no próximo mandato se candidatassem afim de fazerem melhor.-----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luís o qual disse que efectivamente o Presidente da Junta pouco ou nada poderia fazer no que tinha a ver com os cães vadios, mas, em seu entender o Presidente da Junta de Freguesia, junto da Assembleia Municipal poderia sugerir que mandassem apanhar os referidos animais, separassem os machos das fêmeas, ou então mandassem esterilizar as fêmeas e os enviassem para o Canil, pois em determinada data o mesmo tinha contado doze cães os quais perseguiram uma cadela que estaria possivelmente com o cio. Ainda sobre os números de polícia questionou sobre a existência em prédios de dois azulejos com números diferentes e com o Brasão da Câmara Municipal, achando o mesmo que a responsabilidade é efectivamente da Câmara Municipal. O Presidente da Junta replicou novamente que seria da responsabilidade dos respectivos moradores a legalização dessa situação, não podendo o mesmo imiscuir-se nessa situação. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra a um elemento do Bloco de Esquerda, Fátima Búzio a qual lembrou mais uma vez que o Presidente da Junta de Freguesia era o representante legal dos membros da Assembleia de Freguesia, a quando das reuniões na Assembleia Municipal e, como tal, deveria apresentar as preocupações levantadas e, posteriormente, resolvidas ou não nesta Assembleia. Terminou dizendo que não seria sua intenção atacá-lo mas sim alertá-lo, para as suas competências próprias. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, eram vinte três horas e vinte e cinco minutos e para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim Maria Palmira Beato Cardoso Garcia Domingues, assistente administrativa principal, que a lavrei. -----
